

## AS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DO CAMPO DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA, BRASIL: FORMAS DE RESISTÊNCIA OU DE ADAPTAÇÃO?

**Edna Lopes MIRANDA**

Programa de Pós graduação em Extensão Rural/Univ. Federal Viçosa  
[edna.miranda04@hotmail.com](mailto:edna.miranda04@hotmail.com)

**Ana Louise de Carvalho FIÚZA**

Departamento de Economia Rural/ Univ. Federal Viçosa

**María Dolores Sánchez FERNÁNDES**

Universidad de Coruña

### Resumo

Este estudo teve por objetivo analisar o repertório de ação coletiva das Organizações Coletivas do Campo da mesorregião da Zona da Mata Mineira, Minas Gerais, Brasil. Este estudo foi realizado a partir da análise de duas Organizações: a dos pequenos agricultores (MPA) e da agroecologia. Neste sentido, assumimos a perspectiva teórica de Manoel Carlos Silva (1998) e James Scott (1985), que defendem a necessidade de se considerar as formas cotidianas de resistência dentro dessas Organizações. Adotou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e a análise documental das Organizações investigadas. Os resultados mostraram que a estratégia de atuação da Organização Coletiva dos pequenos agricultores se situava entre um repertório cotidianamente construído e embates contra as formas de dominação do modelo agrícola capitalista. Já a análise da Organização agroecológica revelou que seu repertório de ação se dava em prol da implementação de práticas sustentáveis relativas ao uso da terra, o que confere às ações uma orientação cultural. Os pequenos agricultores que participaram dessas duas Organizações apresentaram elementos de reciprocidade e também dispositivos de organização coletiva por meio da realização de feiras livres, possibilitando relações diretas entre produtores e consumidores. Constatou-se assim, que, a terra deixou de ser percebida pelos participantes como um meio para a produção agrícola e ganhou notoriedade como uma componente importante de reprodução de um modo de vida.

**Palavras chave:** Organizações Coletivas do Campo, agricultores familiares, ação coletiva.

### Abstract

This study aimed to analyze the repertoire of collective action of the Collective Organizations of the Field of the mesoregion of the Zona da Mata Mineira, Minas Gerais, Brazil. This study was carried out based on the analysis of two organizations: small farmers (MPA) and agroecology. In this sense, we assume the theoretical perspective of Manoel Carlos Silva (1998) and James Scott (1985), who defend the need to consider the daily forms of resistance with these Organizations. Adopted as methodological procedures research bibliographic and documentary analysis of the organizations investigated were. The results showed that the strategy of action of the Collective Organization of small farmers was between a daily repertoire and attacks against the forms of domination of the capitalist agricultural model. The analysis of the agroecological organization revealed that its repertoire of action was in favor of the implementation of sustainable practices related to land use, which gives the actions a cultural orientation. The small farmers who participated in these two Organizations presented elements of reciprocity and also devices of collective organization through the realization of free fairs, enabling direct relations between producers and consumers. It was thus found that the land ceased to be perceived by participants as a means for agricultural production and gained notoriety as an important component of reproduction of a way of life.

**keywords:** Collective Field Organizations, Family Farmers, Collective Action

## 1. Introdução

As ações e estratégias de resistência desenvolvidas pelas Organizações Coletivas do Campo<sup>1</sup> vêm criando condições para que as suas demandas sejam publicizadas e cheguem até as instâncias decisórias do Estado. Neste sentido, as associações agrárias, as cooperativas e movimentos sociais trazem, na sua gênese, a característica de contestação da realidade na qual estão inseridos e se organizam para promover a ruptura de uma situação de ausência de direitos (Martins, 1981; Telles, 1985; Touraine, 1994; Navarro, 1996; Sader, 1995; Gohn, 2003; Picolotto, 2007).

Ademais, a literatura corrente sobre as Organizações Coletivas do Campo têm valorizado as práticas de luta e de resistência, desempenhadas pelos movimentos sociais em escala pública e institucional, como a realização de grandes encontros, marchas, eventos e manifestações, que criam um fato político e garantem grande repercussão na sociedade. Entretanto, existem outras práticas que extrapolam os limites destas Organizações e estão assentadas nas relações micro fundamentadas sócio e culturalmente. Estas são gestadas por uma lógica de mobilização e ação coletiva inscrita nas relações sociais cotidianas, na qual implica em um aprendizado que não está limitado somente à conquista das condições materiais (geração de renda, direito a educação, saúde, lazer etc), mas se baseia em uma dimensão simbólica da ética moral, dos valores, da cultura e costumes do homem do campo. Ou seja, são práticas para além das Organizações, cuja resistência não está circunscrita a enfrentamentos amplos e estruturais, mas geram práticas de resistência e ou adaptação que podem repercutir no cotidiano dos pequenos agricultores.

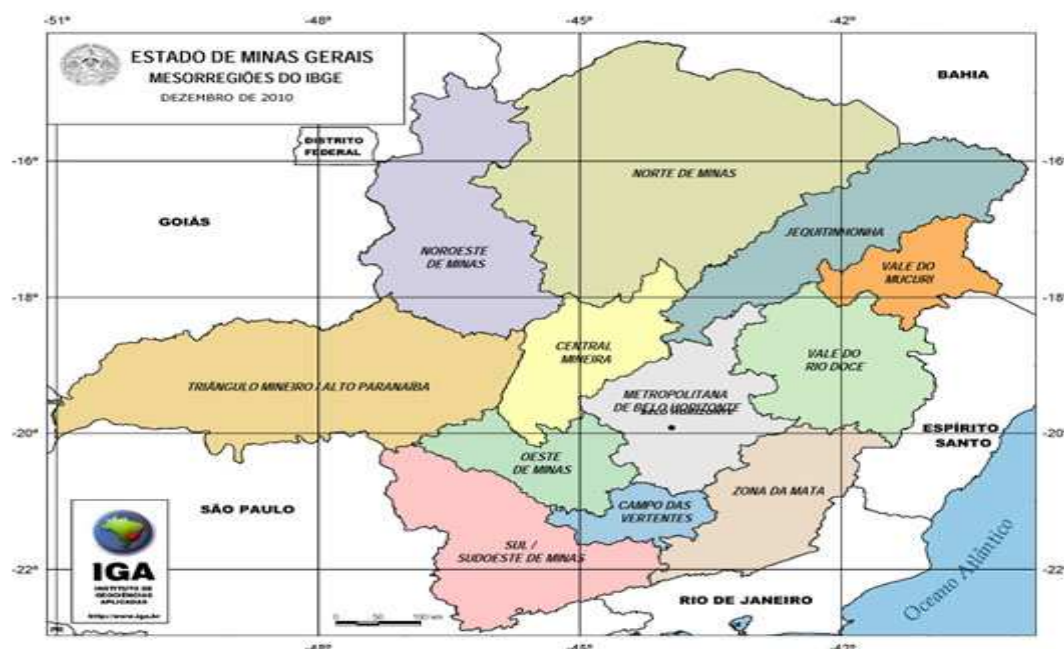


Figura 1- Localização da mesorregião da Zona da Mata Mineira  
Fonte: Instituto de Geociências Aplicadas, 2012

<sup>1</sup>A utilização neste trabalho do termo Organizações Coletivas do Campo não tem como objetivo cunhar mais uma sigla entre as tantas já existentes nas discussões sobre o desenvolvimento rural, mas sim enfatizar o caráter diferenciado das experiências estudadas, que pode trazer aspectos positivos para o campo dos estudos rurais

Assim, o que procuramos com este estudo, é colocar a experiência dos sujeitos envolvidos diretamente nas Organizações Coletivas do Campo no centro de nossa análise, discutindo e compreendendo a escala da luta camponesa não basta apenas considerar o destino da produção agrícola, mas também sua dimensão política e a interação dos pequenos agricultores dentro do repertório de ação coletiva. Consideramos interessante a abordagem de Melucci (2001) para a análise das duas Organizações Coletivas do Campo da mesorregião da Zona da Mata Mineira como mostra o mapa a seguir, por destacar que a atuação dos mesmos se dá nos sistemas microssociais, ou seja, não estariam necessariamente interessados na construção da hegemonia dentro do Estado, mas pela conquista de direitos específicos de uma determinada classe ou categoria.

Localizada no sudeste do estado de Minas Gerais, na divisa com os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, a Zona da Mata Mineira é constituída por 142 municípios, divididos em sete microrregiões (Cataguases, Juiz de Fora, Muriaé, Ubá, Manhuaçu, Ponte Nova e Viçosa). Por sua vez, a Zona da Mata Mineira, possui área de 35.747,729 Km<sup>2</sup>, que corresponde a 6,09% da área do estado de Minas Gerais. Em 2010, detinha 7,8% do PIB e 11,9% da população de Minas Gerais, segundo dados do IBGE (2010). Segundo Comerford (2003), no início da ocupação da Zona da Mata Mineira, as fazendas de café foram implantadas ao lado de áreas ocupadas por sítiantes de poucos recursos, através dos quais as famílias com mais posses obtinham doações de sesmarias, consolidando domínios relativamente extensos, e famílias de menos recursos também se apossavam de terrenos e estabeleciam suas lavouras, o que resultou em intensas disputas pela posse de terra nesta região. Ao longo de sua história, a mesorregião da Zona da Mata Mineira exerceu progressiva mudança na especialização econômica da região, destacando-se como berço da extração do ouro no século XVIII e que, com o declínio do ciclo do ouro, especializou-se ao longo do século XIX na agricultura e na pecuária.

Os municípios que compõem a mesorregião da Zona da Mata têm a menor concentração fundiária de Minas Gerais (média de 40 hectares por propriedade rural), possuindo características marcadamente rurais, em que predomina a pequena propriedade de caráter familiar (RICCI, 2002). Com base neste contexto, a mesorregião da Zona da Mata Mineira se caracteriza pelas estratégias de reprodução social e econômica desempenhadas pelos agricultores familiares face à realidade de ameaças e privações decorrentes da dinâmica capitalista de produção. Neste sentido, os agricultores familiares começaram a se organizar em meados de 1980, formando as organizações coletivas do campo. Por conseguinte, é necessário compreender o processo de socialização e as práticas cotidianas dos pequenos agricultores para entender, se de fato, ocorre uma resistência ou uma adaptação de suas práticas a partir da sua participação nos movimentos sociais rurais. Com base nestas reflexões, este estudo teve por objetivo analisar o repertório de ação coletiva das Organizações Coletivas do Campo da mesorregião da Zona da Mata Mineira, Minas Gerais, Brasil.

## 2. Resistência e adaptações

A defesa dos interesses dos pequenos agricultores perpassa por escolhas morais articuladas em suas diferentes vivências cotidianas, permitindo que estes resistam àqueles que estão em posições dominantes nas relações sociais que estabelecem. A compreensão é a de que as práticas sociais são realizadas pelos indivíduos tanto em seu tempo “histórico”, quanto em seu sentido mais restrito, ou seja, o chamado tempo “cotidiano”, isto porque, como lembra Bourdieu (1980), o *habitus* dos agentes sociais circunscreve em um sistema de disposições (modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar) que nos levam a agir de determinada forma em uma dada situação. Portanto, Bourdieu (1980) defende o desenvolvimento de um “sistema de disposições”, associado à trajetória no espaço social. O ponto central da sua análise está circunscrito por uma via de mão dupla entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*).

Neste sentido, para compreender o repertório de ação dos participantes das Organizações Coletivas do Campo, entendemos as suas estratégias como vistas por Scott (2002), ou seja, são formas cotidianas de resistência, que possuem uma dimensão oculta, que não ficam tão públicas e por isso não geram um confronto aberto. Para tratar das práticas de resistência, assumimos neste estudo, a perspectiva defendida pelo antropólogo americano James Scott, que coloca a necessidade de considerarmos as formas de agir e o sentido que os agricultores atribuem a sua cotidianidade, ou seja, o que ele denominou de “formas cotidianas de resistência”. Este conceito foi desenvolvido com base em trabalho etnográfico com os camponeses realizado por Scott (1985) no final da década de 70, em uma pequena aldeia da planície Muda, localizada no Estado de Sedaka, Nordeste da Malásia.

Esta aldeia de camponeses se dedicava tradicionalmente à agricultura do arroz e, ao chegarem as mudanças trazidas pela revolução verde, especialmente a utilização de máquinas de ceifar e trilhar, a desigualdade entre os pobres aumentou de forma considerável, porque vários trabalhadores da colheita do arroz perderam seu emprego. Nesta aldeia, os conflitos de classe não se expressaram através de movimentos organizados, mas por meio de uma série de práticas e representações inseridas no espaço rural cotidiano, ou seja, as chamadas formas de resistência cotidiana, que segundo este mesmo autor constituem na: “luta prosaica, mas constante entre o campesinato e aqueles que buscam extrair trabalho, comida, impostos, rendas e juros dos camponeses” (Scott: 1985, pp. 32-33)

Além disso, Scott (1985) também observou que, em virtude do alcance limitado da vigilância e da dominação como um todo, esses camponeses se apropriavam de pequenas quantidades de produtos agrícolas, em especial de arroz, que em outras concepções essas resistências poderiam ser entendidas como delitos ou roubo. Entretanto, na concepção de Scott (2002) tais “delitos” são legítimos, pois é inerente a um senso de justiça moral, já que esses camponeses faziam isto para sobreviverem de forma muito elementar e retiravam esse arroz de grandes proprietários de terra, evidentemente não logravam largas vantagens, nem individuais, nem coletivas, muito menos vantagens monetárias. Compartilhando desta mesma perspectiva, outros estudos relacionados à história do campesinato (Thompson, 1987; Silva, 1998), trazem à necessidade de considerarmos as formas de agir e o sentido que os agricultores atribuem a sua cotidianidade diante dos processos de

dominação e exploração em que estão envolvidos. É interessante ressaltar que estes autores também buscam superar o determinismo das perspectivas teóricas fundamentalmente estruturalistas, que acaba tornando invisíveis as ações dos indivíduos.

Neste contexto, Thompson (1987) utiliza o termo “sujeitos sociais” e propõe uma metodologia de análise que procura justamente colocar estes sujeitos no centro dos processos sociais, de modo que possam ser compreendidos como seres ativos e reflexivos através de suas experiências. Estas interpretações têm apontado que em uma relação de dominação, o polo considerado subordinado deve ser pensando como parte ativa de uma relação e como parte que interessa ao subordinador. Resgatando as observações de Simmel (1986, p.108), os autores enfatizam que “toda relação de dominação é um caso de interação e ao dominante não interessaria ver sua influência anular a vontade do outro”.

As lentes teóricas desenvolvidas por estes autores nos permitem enxergar uma tessitura das formas e modos de resistência dos agricultores que se desenvolvem através da “intriga”, dos questionamentos, da memória e dos discursos ocultos presentes em suas práticas cotidianas e que dão corpo a uma estruturação do conflito que se traduz em outra lógica, muito típicas em contextos onde o conflito não é institucionalizado (Scoot, 2002). Neste contexto, partimos da hipótese de que as formas de resistência e ou adaptação desenvolvidas pelos agricultores que participam das Organizações Coletivas do Campo, não estão circunscritas apenas no confronto direto com seus opositores, mas pelos atos cotidianos em uma negociação silenciosa.

### 3. Metodologia

Adotou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações, artigos científicos) e a análise documental de duas Organizações Coletivas do Campo presente na mesorregião da Zona da Mata Mineira: o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento Agroecológico. Para alcançar o objetivo proposto esta pesquisa foi executada em dois momentos complementares: em um primeiro momento, foi realizada a coleta de dados através de pesquisas bibliográficas e em um segundo momento a análise documental de atas de reuniões, panfletos e material de divulgação das duas Organizações investigadas. A mesorregião da Zona da Mata Mineira<sup>2</sup> se caracteriza por apresentar uma elevada concentração de pequenas propriedades (menos de 100 ha), onde se predomina a agricultura de base familiar. Acrescenta-se também, o fato de estes municípios, possuírem uma grande capacidade histórica de mobilização da sociedade civil, em que as experiências de movimentos de base político-religiosas, ancoradas na ação das pastorais sociais católicas, contribuíram para formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dos Movimentos Sociais Rurais e das Cooperativas e Associações de Agricultura Familiar (Freitas, Freitas, 2013).

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) de caráter popular e nacional nasceu das lutas e resistências a marginalização das famílias camponesas. Suas práticas sociais e sua organização

---

<sup>2</sup> Localizada no sudeste do estado de Minas Gerais, na divisa com os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, a Zona da Mata Mineira é constituída por 142 municípios, divididos em sete microrregiões: Cataguases, Juiz de Fora, Muriaé, Ubá, Manhuaçu, Ponte Nova e Viçosa (IBGE,2010)

buscam recriar o mundo do trabalho, da cultura e da vida dos camponeses. Entretanto, quando nos referimos ao MPA como movimento social, pensamos nele não apenas como espaço para compreender as transformações sociais do ponto de vista do poder político, mas pensamos também do ponto de vista do poder de agência dos atores sociais que nele estão envolvidos, gerando novas práticas e sociabilidade no campo. Na Zona da Mata Mineira, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) surgiu a partir do fim dos anos 1990, onde buscava enfrentar às condições adversas do capitalismo produtivista, passando a se organizarem localmente, tanto frente às imposições do poder estatal centralizado quanto à própria ausência do Estado.

O Movimento Agroecológico na Zona da Mata Mineira remonta a década de 1980, quando se utilizava o termo agricultura alternativa. Desde as suas origens, o movimento da agroecologia na região tem sido marcado pela articulação estabelecida pelos pequenos agricultores e organizações sindicais para o combate a um legado histórico de exclusão e expropriação dos seus meios de produção. A mobilização do Movimento agroecológico contou primeiramente com a participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que embasada na Teologia da Libertação buscou conscientizar os agricultores, no sentido de buscar condições para lutar por seus direitos (CTA, 2002).

#### **4. Resultados e Discussões**

Os resultados mostraram que as estratégias de atuação dos agricultores que participam destas Organizações se situavam entre um repertório cotidianamente construído no trabalho e na sociabilidade entre os agricultores, com também embates contra as formas de dominação do modelo agrícola capitalista. A partir desses questionamentos, podemos constatar que a organização produtiva familiar dos pequenos agricultores, bem como a prática da agricultura agroecológica, confunde-se com o próprio pertencimento à localidade, ao gosto pela terra e pela tradição e se destaca como uma condição para manter um modo de vida que seria impensável em outros espaços, principalmente na cidade. Constatou-se entre os agricultores uma espécie de significado simbólico da terra, ao ponto de afirmarem que não se desfariam dela em troca de outra atividade.

No entanto, mesmo sendo esta uma concepção majoritária entre os agricultores, vale ressaltar que o significado material e real do patrimônio também permeia as relações na produção familiar e consequentemente reafirma sua resistência ao modelo produtivista de produção capitalista. Neste contexto, a identidade dos agricultores familiares é constituída a partir de tradições, saberes, crenças, comportamentos e valores, que consideram tanto as dimensões materiais quanto simbólicas.

Observou-se que as formas de resistência dos pequenos agricultores se orientavam pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação de pertencimento com a terra e com o território, o que vem fortalecer o pensamento de Candau (2011) de que não existe identidade sem memória, assim como não há memória sem identidade.

Diante do exposto, constatou-se que formas de resistência dos pequenos agricultores foram adquiridas através da memória coletiva, ou seja, pelas práticas sociais vivenciadas pelo grupo em seu cotidiano. Esta cartografia subjetiva da resistência dos agricultores nos trouxe uma representação

crítica da realidade, evidenciando como estes atores sociais se organizam em seu espaço cotidiano, seja pela resistência e/ou adaptação ao modo capitalista de produção, como mostra a figura 2.

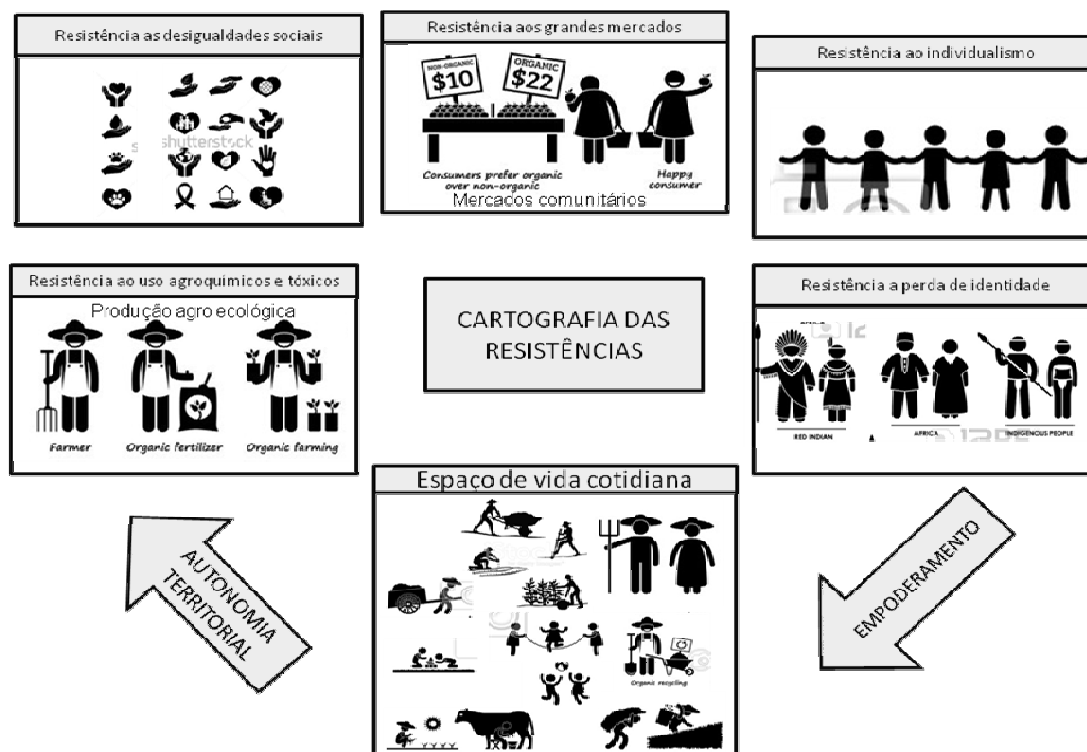


Figura 2: Cartografia subjetiva da resistência dos pequenos agricultores da mesorregião da Zona da Mata Mineira /Brasil (Fonte: Dados da pesquisa (2016))

Partindo desta análise cartográfica, pode-se observar que os pequenos agricultores da Zona da Mata Mineira têm em comum o fato de privilegiarem as ações não violentas, mas que levam a enfrentamentos, como, por exemplo, a resistência ao uso dos agrotóxicos, aos grandes mercados, ao individualismo mercadológico próprio do capitalismo e, principalmente, à perda da identidade e de um “modo de vida” das pessoas que moram no meio rural.

Desta forma, as práticas sociais desenvolvidas pelos agricultores partem de um discurso no qual o agricultor familiar é valorizado e reconhecido pela sua experiência. Embora o cotidiano dos agricultores em sua organização produtiva seja também marcado por assimetrias e conflitos, eles evidenciam a possibilidade de criar coletivamente espaços de relações simétricas, através das práticas e atividades costumeiras desenvolvidas nas comunidades rurais.

Estes espaços estão presentes nos círculos de cooperação e solidariedade, nas assembleias e reuniões das Organizações, nas manifestações culturais (festas religiosas, quadrilhas e festa da colheita) e na vida cotidiana dos agricultores. Este cotidiano, por sua vez, deve ser entendido como um espaço singular em que se dão as vivências pessoais, os diferentes tipos de trocas e as mais variadas formas de resistência, que se balizam por uma autonomia territorial.

De posse dos resultados, esta cartografia subjetiva da resistência mostrou que as estratégias dos pequenos agricultores se situam entre um repertório cotidianamente construído por práticas

rotineiras, cujo repertório de ação não se dá somente pelo acesso à terra, mas também em prol da implementação de práticas relativas ao seu uso, o que confere à sua luta uma nova orientação cultural. Diante deste contexto, a cartografia de atuação dos agricultores sinalizou novas formas de produção e organização social da vida e do trabalho, nas quais se valoriza a autonomia do agricultor.

Os resultados mostraram ainda, que o repertório de ações dos agricultores que participam do Movimento dos Pequenos Agricultores era construído cotidianamente, por um conjunto de ações caracterizadas tanto por práticas voltadas para a adaptação nas formas de produzir e como comercializar os produtos agrícolas, como por assegurar um modo de vida específico orientado por práticas tradicionais. Já a análise da Organização agroecológica revelou que seu repertório de ação se dava em prol da implementação de práticas sustentáveis relativas ao uso da terra, o que confere às ações uma orientação cultural, onde os atores sociais buscam reivindicar uma relação mais equilibrada com a natureza.

Os pequenos agricultores que participaram dessas duas Organizações apresentaram elementos de reciprocidade e também dispositivos de organização coletiva por meio da realização de feiras livres, possibilitando relações diretas entre produtores e consumidores. Os resultados apontaram que o campo, longe de ser um espaço homogêneo e pacífico, está entranhado de diferentes conflitos sociais, nos quais a terra deixou de ser percebida como um meio para a produção agrícola e ganhou notoriedade como uma componente importante de reprodução de um modo de vida particular.

Estes resultados evidenciaram que nas duas Organizações Coletivas estudadas, as relações sociais, as práticas de reciprocidade e as redes sociais de cooperação são utilizadas como recurso para formas de trabalho e produção e assim assumem uma característica de resistência por parte dos produtores. As relações de proximidade, as trocas e atividades em conjunto entre as famílias, o interconhecimento relativo às amizades e aos vizinhos são elementos aglutinadores da vida social local destes agricultores.

Apesar do evidente fenômeno da mercantilização das práticas econômicas no campo, notou-se que os pequenos agricultores da mesorregião da Zona da Mata Mineira /MG têm realizado estratégias de resistência e também de reprodução social fundamentadas em relações de ajuda mútua, trocas de dias de trabalho e mutirão, oferecendo um horizonte profícuo acerca de como as lógicas mercantis podem ser contrapostas através de práticas cotidianas e das relações de proximidade entre as pessoas. Este aspecto também é apontado nos estudos de Schneider (2006), Scott (2002) e Silva (1998) ao enfatizarem a necessidade de se considerar as manifestações e práticas sociais não necessariamente hegemônicas pelos agricultores em seu dia a dia.

A ética da subsistência, além da estratégia produtiva, pressupõe a manutenção de regras sociais baseadas em relações de reciprocidade do camponês com parentes, amigos, vizinhos e de modo mais distanciado, com o próprio Estado. Esta ética também serve de elemento balizador das relações de trabalho do pequeno agricultor e do seu comportamento diante do contexto sociopolítico implementado, como encontrado por Silva (1998) ao analisar os constrangimentos vividos pelos agricultores em consequências da modernização da agricultura nas famílias residentes das aldeias minhotas no Norte de Portugal. Quanto às transformações percebidas pelos produtores em seu modo de vida, houve



unanimidade na valoração das vantagens econômicas geradas pela organização, que refletiu significativamente na economia familiar dos produtores:

Acredita-se assim que, nas relações face a face, os pequenos agricultores tornam-se conscientes dos jogos de representação que marcam seu cotidiano de vida e de trabalho, podendo atuar ou representar de acordo com as regras já existentes. Diante do exposto, os resultados deste estudo vieram confirmar a hipótese de que as formas de resistência e ou adaptação desenvolvidas pelos agricultores que participam das Organizações Coletivas do Campo, não estão circunscritas apenas no confronto direto com seus opositores, mas pelos atos cotidianos em uma negociação silenciosa.

## 5. Conclusões

Este estudo mostrou que a construção de estratégias de resistência e/ou adaptação desenvolvidas pelos agricultores familiares na mesorregião da Zona da Mata Mineira/ Brasil, contribuíram para a revitalização do espaço rural, reafirmando a relevância da agricultura familiar no cenário nacional. Neste contexto, nota-se uma revalorização identitária do “ser agricultor familiar” na qual se assenta a capacidade dos agricultores em elaborar estratégias coletivas em defesa de um rural sustentável. Neste sentido, pode-se inferir que as Organizações Coletivas do Campo da mesorregião da Zona da Mata têm passado nos últimos anos por um processo significativo de diferenciação, incorporando tanto identidades coletivas distintas (agricultor familiar e camponês), quanto também na adoção de estratégias de resistência diferenciadas.

Diante do exposto, aponta-se o papel do campesinato na reprodução social da agricultura familiar e de um modo de vida específico, que na contraditoriedade do processo capitalista de produção têm utilizado mecanismos e estratégias de luta e resistência, no sentido de reproduzir-se socialmente. Sem a pretensão de esgotar o debate, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a elaboração de mecanismos e estratégias de reconhecimento e valorização do agricultor familiar, fornecendo informações para a criação e implementação de políticas públicas direcionadas aos movimentos sociais rurais e a agricultura familiar, bem como subsidiar outras pesquisas

## 6. Bibliografia

- BOURDIEU, P. (1980). *Esboço de uma teoria da prática*. In ORTIZ, Renato, Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática.
- CANAU, J. (2011) *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto.
- COMERFORD, J. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999
- CTA – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. (2002). *Sistemas de Produção Agroecológicos*. Revista 15 anos CTA.

- FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F (2013). Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 47(4), 999 – 1020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).(2010). Censo demográfico de Araponga, 2010. Araponga, Minas Gerais, 2010. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310370>>.
- MARTINS, J. S (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. São Paulo: Vozes.
- MELUCCI, A. (2001). *A invenção do presente : movimentos sociais nas sociedades complexas*, Petrópolis: Vozes, 2001.
- NAVARRO, Z (1996). *Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990*. In NAVARRO, Z. (org.). *Política, protesto e cidadania no campo* (pp. 54-86). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.
- PICOLOTTO, E. L (2007). *Novas identidades e novas dinâmicas dos movimentos sociais do campo na região sul do Brasil (Monografia de Especialização)*, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- RICCI, R. *A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos*. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá/PR, ano V, n. 54, p. 1-5, nov. 2002.
- SADER, E (1995). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso*. In: FROELICH, J.M.; VIVIEN DIESEL. (Org.). (2006). *Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Editora Unijuí.
- SCOTT, J.(1985). *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale University Press: New Haven and London.
- SCOTT, J.(2002). *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era.
- SILVA, M. C. (1998). *Resistir e adaptar-se: constrangimento e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- THOMPSON, E.P. (1987). *Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.